



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 18/2021
Ref. Licitação Pregão Presencial n.º 082021

Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS.

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93, verbis:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa da Secretária Municipal de Administração, senhora Maria Regina de Castro Martins, com de novo cenário em relação às exigências da gestão pública há necessidade de instrumentalizar os setores da administração para que atendam às novas demandas da exigidas para a gestão pública.

O Prefeito autorizou que fossem tomadas as providências necessárias para a abertura do procedimento administrativo licitatório.

Estão encartados três orçamentos contendo a descrição dos serviços que serão prestados pela futura contratada.

A contadoria municipal forneceu a dotação orçamentária para a despesa que pretende adquirir nesse processo.

O Edital define o objeto de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, explicitando de modo conciso o que a Administração deseja contratar. Observa-



se no Item 2 do Edital a descrição do objeto de maneira detalhada em cada item, com seus respectivos códigos.

O Termo de Referência ANEXO I – define o objeto: “Contratação de empresa especializada para licenciamento de soluções de tecnologia da informação para gestão pública, incluindo a conversão para migração, implantação, treinamento de usuários, customização, banco de banco de dados e manutenção, compreendidos na gestão em: planejamento, orçamento, contabilidade, tesouraria, recursos humanos e folha de pagamento, licitações, controle interno, arrecadação e fiscalização municipal e geração de informações para o APLIC, LRF do TCE, como a disponibilização de dados no Portal de Transparência.

A descrição dos itens no Termo de Referência define com precisão os produtos e os serviços que estão sendo adquiridos. Inclusive os preços de referência estão consignados no Edital, sendo que os mesmos foram estipulados com base em pesquisa de mercado e preços praticados pela administração pública, segundo o Edital.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;



(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

No caso em tela, é relevante destacar que o art. 3.º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei 10520/02, estabelece que:

“ Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.



A licitação em voga foi deflagrada para a aquisição de produtos cujas características estão definidas previamente, sendo que não haverá aquisições frequentes, entregas parceladas, portanto, a modalidade poderia ser o pregão presencial.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.

Importante salientar que, conforme estabelecido pelo art. 15, § 4º, da Lei 8.666/93, in verbis:

“§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições’. Portanto, a contratação efetuada por intermédio de registro de preços não é obrigatória, nem mesmo para o ente promotor/gerenciador da respectiva licitação.

O Edital está em consonância com o que estabelece a Lei de Licitações. O contrato contém os requisitos exigidos pelo artigo 55 da Lei 8666/93.

Vale ainda ressaltar, em apertada síntese, que os princípios aplicados às licitações são reflexos dos princípios do Direito Administrativo, essencialmente normatizado em sua estrutura. Ao selecionar particulares para prestação de serviços, ou fornecimento de produtos a administração não pode nunca se escusar da observação dos princípios concernentes à licitação, seja por questão de moralidade, seja por questão de legalidade, pois os princípios das licitações, mais que uma questão moral é uma questão legal, ante suas disposições na Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional (Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras).



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Assim sendo, o Edital, anexos e a minuta do Contrato que será derivado da Ata de Registro de Preços, que compõem o processo, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer, nesta fase interna da licitação, é favorável ao prosseguimento da licitação.

Em face ao exposto, o Parecer, com a ressalva relacionada à modalidade, é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 05 de maio de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 3841-D